



GT 004. A Produção Indígena nos Cursos de Licenciaturas Interculturais: diálogos interdisciplinares e saberes tradicionais na educação superior

Marcos Antonio Braga de Freitas (Universidade Federal de Roraima) - Coordenador/a, Carlos Kleber Saraiva de Sousa (Universidade Federal do Ceará) - Coordenador/a

A educação superior brasileira no século XXI tem buscado novos desafios com as demandas das populações oriundas das camadas populares e de vulnerabilidade social, quilombolas, povos indígenas, entre outros segmentos sociais do país com a inclusão e o acesso às universidades a partir de políticas de ações afirmativas e cursos específicos, a exemplo da Educação do Campo e Licenciaturas Indígenas. O Ensino Superior Indígena no Brasil, tem uma história de luta, resistência e os marcos legais conquistados com a Constituição Federal de 1998 (art. 210 e 231), LDB 9.394/1996 (art. 78 e 79) e do Conselho Nacional de Educação. A educação superior indígena é uma realidade com as experiências iniciais nos anos de 2000 a 2005, a exemplo, da Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT), Universidade Federal de Roraima (UFRR), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Goiás (UFG); entretanto, se expandindo para outras instituições de ensino superior, tendo hoje aproximadamente 28 cursos de licenciaturas interculturais indígenas no Brasil, inclusive sendo criado em 2005, o Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígena no âmbito do Ministério da Educação para fomentar essa expansão e manutenção dos cursos. A proposta do GT é discutir as experiências em curso nas universidades brasileiras no contexto das licenciaturas interculturais, sobretudo, de que forma a produção indígena tem reflexos nas escolas e comunidades indígenas.

Antropologias de outros jeitos e as antropologias dos professores indígenas de Rondônia: reflexões iniciais

Autoria: Luciana Castro de Paula

As pesquisas protagonizadas pelos professores indígenas nos cursos de licenciatura indígena, tem sido tema de reflexões entre os professores que atuam em cursos específicos de formação de professores indígenas. Uma das problematizações que fazemos é o papel da antropologia neste processo, qual sua contribuição, que mudanças ocorreram ou terão que ocorrer para atender as novas demandas, como é o caso de indígenas deixarem de ser objeto de pesquisa e tornarem-se protagonistas de pesquisas sobre eles mesmos. O curso Licenciatura em Educação Básica Intercultural da Universidade Federal de Rondônia, campus de Ji-Paraná, ofertou 50 vagas para a primeira turma a partir do ano de 2009. Uma característica importante do curso é a diversidade linguística e cultural representada pelas mais de 32 etnias presentes enquanto estudantes de Rondônia e noroeste do Mato Grosso. Além dos aspectos relacionados ao tempo de contato e experiências de escolarização de cada povo que são bastante diversas, esse contexto de formação se constitui em um desafio para os estudantes, para os docentes e para a Universidade. Neste sentido, vamos discutir a dimensão da pesquisa no curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural, como acadêmicos de distintos povos buscam responder as demandas de suas comunidades como pesquisador e como acontece o processo formativo desse pesquisador. Para realizar esse estudo vamos considerar as formas diferentes de realizar as pesquisas pelos estudantes indígenas nas várias áreas e temáticas. Sendo que as que mais se aproximam com a antropologia serão exploradas neste artigo: histórias do contato, territorialidade, território e toponímia, festas tradicionais, músicas indígenas, narrativas de origem, entre outras. Podendo ser observado diferentes processos de construção desde os projetos até a elaboração dos textos finais que perpassam por vários



aspectos práticos e teóricos da elaboração deste profissional pesquisador desde a concepção inicial de pesquisa, perpassando pelas primeiras leituras ao mesmo tempo em que volta à tona memórias empíricas dos conhecimentos adquiridos desde a infância, no convívio social com os mais velhos, ao ouvir as histórias oralmente e guardá-las em suas memórias. Um estudo desta natureza certamente contribui com avanços nas pesquisas científicas feitas por indígenas e por seus povos, impactando na área das culturas, línguas, história, ciências da natureza e matemática, além de pedagogias próprias de cada povo. Isso inclui desde a preocupação com os temas de estudo, com as problematizações apresentadas e a vinculação ou não com as próprias demandas das comunidades, sobre a necessidade de se discutir, construir e desconstruir diferentes formas de produção de conhecimento.



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:



Apoio:



Organização:

